



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6899 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPACTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I DA REDE MUNICIPAL DE UBERABA-MG.

Adrinelly Lemes Nogueira - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Maria Célia Borges - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPACTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I DA REDE MUNICIPAL

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Esta pesquisa é resultado de uma investigação em nível de Doutorado, cuja temática central é o estudo das políticas públicas de formação continuada de professores da Educação Básica, nível de Ensino Fundamental I.

O objetivo foi entender como as políticas públicas de formação continuada de professores da Educação Básica, no Brasil, influenciaram e/ou influenciam as políticas de formação da rede pública de um município do Triângulo Mineiro, bem como seus avanços, limites e possibilidades, especificamente no Ensino Fundamental I, no período de 2014-2019. A delimitação desse recorte temporal se deu em função da promulgação de um novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024), que promoveu diversas mudanças nas políticas de formação continuada de professores da Educação Básica no Brasil, a partir de 2014, que, no município, teve como desdobramento a construção do Plano Decenal Municipal de Educação (PDME: 2015-2024) e por ser o período de mandato da atual gestão.

A investigação é de natureza qualitativa com opção pela orientação epistemológica da abordagem dialética, por esta possibilitar o conhecimento da realidade concreta nas suas inter-relações. Quanto aos delineamentos para a investigação, utilizou-se as modalidades:

pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Na pesquisa empírica utilizou-se questionários online como instrumentos para a coleta de dados, aplicados a dez professores efetivos, atuantes no Ensino Fundamental I da rede municipal, e a oito diretores dessas instituições. No que diz respeito aos procedimentos de organização e análise dos dados coletados no trabalho de campo, seguiu-se as orientações metodológicas propostas por Minayo (2012), assim as respostas foram categorizadas, os resultados descritos, as inferências formuladas e os dados interpretados, com base no referencial teórico proposto. Chegamos a quatro grandes categorias: Categoria 1- Formação continuada enquanto política pública; Categoria 2 – Formação Continuada enquanto espaço de reflexão e troca de experiências; Categoria 3 – Incentivo à formação continuada; Categoria 4- A formação continuada em serviço. A partir dessas categorias partimos as reflexões.

DESENVOLVIMENTO

As políticas educacionais estão submetidas aos interesses e controle de grupos econômicos em consonância a acordos internacionais, desde as reformas na educação de 1990, quando o Brasil passa a se submeter aos ditames do mercado, expressando as intencionalidades desse novo vínculo. Nesse cenário, por meio de slogans, a sociedade reafirma a desqualificação do professor, “instando-o a assumir sua inferida incapacidade e, por consequência, uma proposta de mudança que aparentemente o traria de volta a um reconhecimento usufruído no passado [...]” (EVANGELISTA, 2016, p.7) e, diante desta realidade, constrói incertezas sobre o trabalho docente, contribuindo, ainda mais, para a perda de atratividade da carreira.

Assim, todos os setores educacionais são remodelados para atenderem às demandas externas, e os professores in loco são os técnicos propensores dessa nova vertente. Ocorre a desintelectualização do professor, a constituição de um aprendiz, treinável, “[...] reduzido à sala de aula, tarefeiro, executor de técnicas e estratégias centradas na prática com conhecimentos teóricos restritos, desenvolvendo um trabalho que, ao que vemos e pelo que quer fazer crer, qualquer um pode desempenhar (DECKER, 2015, p.154)”.

Tendo em vista esse cenário educacional explanado, podemos entender as dificuldades que os professores têm atualmente. Eles têm sido alijados das discussões educacionais, as propostas têm sido impostas de forma vertical, programas têm tido como pressuposto a busca por eficiência e resultados mensuráveis. O sistema é caótico e tudo isso pelo fato do neoliberalismo saber que não só o trabalho na sala de aula ensina, impondo que a escola seja reflexo de uma empresa, tendo os docentes como meros operadores, visando a manutenção dos interesses do capital (FREITAS, 2018). Assim, ele utiliza os professores como executores de suas propostas e deles retira todos os fundamentos de uma valorização docente.

As influências globais e internacionais estão presentes no processo de formulação das políticas de formação continuada, condicionando as ações e programas a diretrizes mercantilistas, os elementos-chave do “pacote” são princípios que condicionam as metas do PNE (2014-2024), e a formação continuada de professores, no âmbito educacional brasileiro. Entendemos, também, que tais condicionantes impõem sobre os professores a responsabilização pelo sucesso, ou fracasso, do seu alunado, deixando-os com sentimento de culpa, com sobrecarga de trabalho, ocorrendo sua desvalorização.

A partir da análise do contexto macro e micro chegamos a quatro categorias, e a partir delas elencamos os seguintes pontos positivos, ou os avanços, das políticas públicas construídas e concretizadas no Município no período entre 2014-2019:

- Políticas municipais consistentes relativas à formação continuada de professores, com orientação das políticas públicas nacionais; a construção de Plano Municipal de Educação bem fundamentado, teórica e legalmente;
- ações e práticas de formação exitosas, orientadas por um plano municipal com rica fundamentação teórica;
- a criação de um centro de formação de professores com regimento próprio;
- incentivo salarial, gratificações, caso participem de formações em instituições credenciadas pelo MEC, em cursos promovidos pela Semed ou por instituições parceiras;
- carga horária extra curricular para participação em formações ofertadas e no módulo semanal;
- licença remunerada para participação em pós-graduação stricto-sensu;
- a criação de equipe de educadores atuantes como gestores da formação e formadores dos professores; e
- a oferta de grande leque de cursos com variedade de temas.

Como pontos limitantes advindos das políticas públicas municipais em relação à formação continuada, apontamos:

- Falta de continuidade dos programas, cortes orçamentários e protelação de metas;
- o mau aproveitamento do tempo de formação, com dedicação de significativo tempo às questões burocráticas e administrativas;
- a responsabilização docente pelos problemas e limites na qualidade da educação;
- discussões pobres, uma vez que, comumente, não ultrapassam o senso comum; □ a dedicação a temas que muitas vezes não são atrativos, e nem respondem às necessidades dos professores;
- a falta de interesse, envolvimento e dedicação de alguns professores participantes da formação; e
- a formação tecnicista, comumente visando à preparação para o ensino que garanta bom desempenho nas avaliações externas, prejudicando a formação geral e de boa qualidade.

Como possibilidades, ou perspectivas de aperfeiçoamento, das políticas públicas e práticas em relação à formação continuada dos professores da Educação Básica, especialmente no Ensino Fundamental I, explicitamos:

- A elaboração de planos de formação continuada dos professores, a partir das necessidades indicadas pelos professores do Ensino Fundamental I;
- a garantia da continuidade dos projetos de formação, bem como dos seus investimentos;
- a compreensão de que a valorização dos profissionais da educação exige, além da formação, o atendimento ao piso salarial dos professores e melhoria das condições de trabalho;
- a garantia que os projetos e ações formadoras superem a visão tecnicista e garantam o intercâmbio, o diálogo interdisciplinar e a relação teoria/prática na formação;
- buscar entender o porquê da desistência de participação nas formações oferecidas pela Casa do Educador Dedê Praís;

- a apresentação de temáticas inovadoras para os cursos, que atendam à identidade da escola e às dificuldades e anseios dos professores; e
- o incremento da parceria com as Universidades para formação do professor pesquisador, crítico e autônomo.

CONCLUSÕES FINAIS

Ante o exposto, concluímos que há, por um lado, a tentativa execrável do neoliberalismo que nos penetrou tão profundamente, destruindo parte de nossos sonhos e projetos, utilizando pressupostos para dominar, conformar e manipular os professores, a fim de dividi-los e enfraquecê-los enquanto classe. Exemplo concreto disso são as medidas e reformas que têm obstado o processo de formação docente e sua valorização. Por outro lado, apesar dos infortúnios do capital, existem projetos louváveis, educadores que batalham, idealizam e realizam grandes feitos pela educação, assim, trabalhos que merecem reconhecimento e valorização.

A tese explicitou que as políticas nacionais influenciaram a construção das políticas municipais de formação continuada de professores, tanto nas suas conquistas positivas, quanto nas suas mazelas. Explicando melhor, no sentido positivo, foram construídas políticas (leis, diretrizes, regulamentações) e planos e projetos como centros de formação, cursos interligados com a remuneração e planos de carreira, disponibilidade de tempo na carga horária e investimentos para a viabilização dos projetos. No sentido negativo, existem as influências da ideologia neoliberal, a falta de continuidade das políticas e projetos, o desrespeito e a desvalorização dos profissionais docentes, no sentido de não oferecimento de cursos que atendam aos seus interesses e necessidades, sua culpabilização pelos problemas da qualidade de ensino, entre outros.

Na busca por horizontes mais otimistas, ou em outra direção, acreditamos que é necessário o fortalecimento na luta contra o atual governo e, mais, especificamente, na luta para manter conquistas alcançadas outrora, especialmente na formação continuada dos professores, uma vez que essas também se encontram ameaçadas.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Formação continuada. Educação Básica. Ensino Fundamental I.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: pne.mec.gov.br/. Acesso em: 15 jun. 2017.

DECKER, Aline Inácio. **A formação docente no projeto político do Banco Mundial (2000-2014).** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em

Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Florianópolis, SC, 2015. 234 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169522>. Acesso em: 21 jan. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.4 [78], p.906-926, out./dez. 2018. Disponível em: 25 set. 2019.

EVANGELISTA, Eneida Oto. Faces da tragédia docente no Brasil. In: Seminário Internacional de La Red Estrado, 11., 2016, [s.l]. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf 2016. Acesso em: 21 jan. 2019.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012